

Sarney fez 61 renegarem voto dado por diretas em 84

25/4/84 — A. Dorigvan

Aglaé Lavoratti

BRASÍLIA — O presidente José Sarney estaria amargando hoje o mandato a quatro anos, se 61 deputados que votaram a favor da emenda Dante de Oliveira em 1984 não tivessem renegado as diretas-já quatro anos depois. Sem esses 61 votos, o mandato de cinco anos ficaria com 267 votos e seria rejeitado, pois não alcançaria o número mínimo de 280 votos necessários à aprovação.

Dos 61 deputados que votaram pelas diretas em 1984 e quinta-feira passada tiveram participação decisiva no adiamento das eleições presidenciais para o ano que vem, 49 são do PMDB, dez eram do PDS e se mantêm neste partido ou estão no PFL, e dois são do PTB.

Até Robertão — Entre os 49 pemedebistas que mudaram de posição, estão alguns expressivos líderes do *Centrão*, como o deputado Roberto Cardoso Alves (SP). *Robertão* se justifica: "Não houve mudança de opinião, foi apenas uma questão, de circunstância".

O deputado Daso Coimbra (RJ) argumenta: "Em 84, eu votei para acabar com o Colégio Eleitoral. Em 88, eu votei para diminuir o mandato do presidente que estava fixado em seis anos e continuo querendo que a eleição presidencial seja direta. Apenas defendo um mandato de cinco anos para o atual presidente, igual ao mandato dos futuros presidentes".

O líder do PMDB, senador Mário Covas, constata, abatido, que "o partido mudou". Um exemplo é o deputado Aluizio Bezerra (AC), que votou na emenda Dante de Oliveira

e aderiu aos cinco anos sem constrangimento: "Sarney apoiou um projeto para construir uma estrada federal que vai ligar o Acre, meu estado, até a fronteira com o Peru. Me senti no dever de dar mais um ano para o presidente, até para que ele tenha tempo de realizar este projeto."

Para o deputado Victor Faccioni (PDS-RS), atitudes como a de Bezerra têm outra explicação: "O mandato de cinco anos para Sarney é a mais triste página do fisiologismo no país. É o maior casuísmo nacional." Em 1984, Faccioni votou contra as diretas e agora votou nos quatro anos. "Mantenho a coerência. Em 84, eu queria diretas em 88 e apoiava a emenda Figueiredo, que foi retirada do Congresso. Continuo querendo diretas em 88", explica.

Sr Diretas — No PMDB, além dos 49 que trocaram de posição, dois personagens que queriam diretas há quatro anos adotaram a saída da abstenção na quinta-feira. Um deles, o líder do partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, transfere a responsabilidade para o PMDB. "A bancada estava dividida e se fizesse alguma opção poderia deixar seqüelas. Além disso, foi a própria convenção do PMDB, no ano passado, quem deixou a decisão para cada um dos constituintes".

A outra abstenção foi justamente do *Sr Diretas* de 1984 e hoje presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Em sua defesa, Ulysses pode alegar que manteve a coerência, pois se absteve também em todas as votações anteriores da Constituinte.

No PDS de quatro anos atrás,

que era a maior bancada da Câmara, com 235 deputados, houve 55 votos a favor das diretas e 65 contra, com três abstenções. Mas 112 pedessistas, quase metade da bancada, não compareceram, executando manobra comandada pelo então senador José Sarney, que presidia o PDS.

Lourenço rebelde — Entre os pedessistas rebeldes de 1984 estavam o hoje líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, seu vice-líder Inocêncio de Oliveira e o deputado Ricardo Fiúza, expoente do *Centrão*. "É necessário dar cinco anos para que o presidente Sarney possa concluir a transição", alega José Lourenço. Do grupo, apenas cinco mantiveram a mesma posição: Álvaro Valle (PL), Jayme Santana (PFL), Lúcio Alcântara (PFL), Saulo Queiroz (PFL) e Ruy Bacelar (PMDB).

Dos 11 deputados do PTB que votaram nas diretas-já, dois mudaram de opinião e preferiram os cinco anos: o líder Gastone Righi e o deputado Roberto Jefferson (RJ). "Votei no tempo que terão de mandato os futuros presidentes", diz Righi.

Além da mudança de opinião de 61 deputados sobre as diretas, a vitória dos cinco anos mostrou que dos 328 votos favoráveis a Sarney, 129 vieram de parlamentares que foram seus companheiros na extinta Arena. Um deles é o pemedebista Daso Coimbra, que explica a sobrevivência do arenismo: "A Arena sempre reuniu todas as tendências que fossem contra o radicalismo de esquerda. Essas idéias voltaram a se reunir na Constituinte, mesmo que estejam em partidos diferentes".



Há quatro anos, junto com Tancredo, Ulysses era o comandante da luta por diretas

Os que mudaram de lado

A seguir, a relação dos parlamentares que votaram a favor das diretas-já em 1984 (com os partidos a que estavam filiados na época) e que na quinta-feira ajudaram a dar mais 651 dias de governo a Sarney:

Rio de Janeiro — PMDB — Aloysio Teixeira, Daso Coimbra, Denisar Arneiro, Gustavo de Faria, Jorge Leite. PTB — Roberto Jefferson.

São Paulo — PMDB — Airton Sandoval, Roberto Cardoso Alves, Felipe Cheidd, Francisco Amaral, Paulo Zazur, Roberto Rollemberg, Samir Achos, Teodoro Mendes. PTB — Gastone Righi.

Minas Gerais — PMDB — José Ulysses de Oliveira, Marcos Lima, Mário de Oliveira, Melo Freire, Milton Reis, Raul

Belém. PDS — Humberto Souto, Israel Pinheiro, Mário Assad, Maurício Campos, Oscar Correa.

Paraná — PMDB — Matos Leão, Renato Bernardi, Santinho Furtado, Renato Johnsson.

Santa Catarina — PMDB — Ivo Vanderlinde, Renato Viana.

Rio Grande do Sul — PMDB — Paulo Mincarone.

Bahia — PMDB — Carlos Sant'Anna, Jorge Viana. PDS — Jairo Azi, José Lourenço.

Pernambuco — PMDB — José Carlos Vasconcelos, José Jorge. PDS — Inocêncio Oliveira.

Ceará — PMDB — Moysés Pimentel. Paraíba — PMDB — Aluizio Campos,

João Agripino, José Maranhão. Pará — PMDB — Carlos Vinagre, Domingos Juvenil, Dionísio Hage.

Rio Grande do Norte — PMDB — Aluizio Bezerra, Antônio Câmara, Geraldo Fleming, Henrique Eduardo Alves, José Melo.

Maranhão — PMDB — Cid Carvalho, Wagner Lago.

Goiás — PMDB — Fernando Cunha, Irapuan Costa Júnior.

Mato Grosso do Sul — PMDB — Rubem Figueiró.

Piauí — PMDB — Heráclito Fortes. Espírito Santo — PMDB — Nyder Barbosa.

Alagoas — PDS — Albérico Cordeiro, José Thomaz Nonó.

2/8/88 — Luciano Andrade

A sucessão na rota ideológica

Villas-Bôas Corrêa

Do jeito que a Constituinte está montando a sucessão presidencial de 89, com os cinco anos de mandato garantidos para o presidente José Sarney e pelas regras estabelecidas, pelo calendário definido, caminhamos para inaugurar o modelo de disputa do poder numa radicalização polarizada num confronto ideológico.

O modelo partidário tradicional, com o centro amplamente majoritário dividindo-se espertamente para ocupar os dois lados e disputar a presidência numa espécie de rodízio doméstico, implodiu na virada que despachou os quase 21 anos de autoritarismo militar. Então, a fabulosa pressão popular, alcançando as alturas do virtual consenso, arrebatou como vaga de ressaca com a moldura clássica e conveniente do centro acumulando o governo e a oposição. O PDS não suportou o tranco e mingou de grande legenda à sua nanica insignificância.

A Nova República pousou no colo do presidente Sarney com a sustentação popular e política da maioria quase unânime. Do outro lado, tentando ocupar o vazio, apenas algumas siglas de esquerda.

Ziguezague — A novidade da rearmagem partidária não durou muito. Acompanhou os riscos ziguezagueantes da popularidade de Sarney, disparando para as alturas do cruzado, despencando para as funduras da decepção nacional.

A Constituinte parecia o palco perfeito para uma reformulação partidária. A votação que decide obriga o racha do

plenário, dividindo-o ao meio. E sugerindo que os grandes confrontos passariam pela linha divisória da ideologia: centro versus esquerda.

Só em parte as previsões se confirmaram. Na verdade, a Constituinte ignorou partidos, dissolveu legendas, desmoralizou lideranças. Os acertos que possibilitaram a aprovação de boa parte do texto, especialmente os temas mais polêmicos, juntaram centro e esquerda no mesmo saco dos interesses acomodados.

O tumulto da Constituinte desarticulou partidos e semeou algumas prováveis futuras legendas. Como a dos dissidentes do PMDB e que esperam levar a marca e a mística da velha sigla em frangalhos para um partido que não teve aprovado o seu nome de batismo mas que, certamente, exibirá a sua inclinação progressista, socialista, à esquerda do que sobra da agremiação do doutor Ulysses.

Entrechoque — Agora o cenário começa a ser alterado. Cinco anos de mandato para Sarney fixam as eleições em 89, embrulhadas na frustração popular. Eleição solitária, isolada, com exigência de maioria absoluta e previsão de dois turnos. Tudo, portanto, conduzindo ao adiado entrechoque ideológico.

Este ano será ocupado pela eleição municipal. Com a sombra da sucessão presidencial projetando-se por todo o país, determinando as alianças pela disputa de cada prefeitura, até a mais modesta.

Sucessão mesmo, para valer, só irá para a rua lá para março do ano que vem. Depois de absorvidos, assimilados, esmiuçados os resultados das urnas. Para a avaliação dos cacifes de cada pretendente, o balanço das possibilidades e a análise das consequências da primeira experiência, em dose modesta, da eleição em dois turnos - se o Congresso mantiver o até aqui aprovado na regulamentação das eleições deste ano.

A pausa do fim de ano é inevitável, juntando festas, férias, carnaval. Sub-

siste, enrustida, a atividade subterrânea. Sem grande futuro. O primeiro turno não estimula alianças. Ao contrário, excita ambições, facilmente abrigáveis na profusão de partidos ansiosos por puxadores de legendas minúsculas.

O salto para o segundo turno muda tudo, refaz cálculos, impondo as suas regras e suas surpresas. Em um mês, pelo que dispõe o texto aprovado antes da segunda rodada de votação, teremos a eleição apurada, proclamados os dois classificados para o turno final e uma nesga de tempo para a apaixonante campanha para a decisão para valer.

Alcapão — Dois candidatos são sinônimo de polarização. Compulsória, emocional, passionizada pelos debates mano a mano pelo rádio e a televisão.

Ora, o que pode apartar os candidatos, identificando-os com a divisão da sociedade que já determinou o fim da rotação centrada? Cla ro, as diferentes posições ideológicas sobre os temas fundamentais.

Quaisquer que sejam os finalistas, um deles assumirá a postura conservadora. O outro deslizará para a esquerda, na caça ao eleitorado disponível. Se o primeiro turno classificar candidatos com matrícula num e noutro lado, o confronto será instantâneo. São as hipóteses de Quêrcia, Ulysses, Aureliano, Jânio ou Antônio Ermírio - um deles - contra Brizola, Lula, Covas ou um azarão que dispare na reta da campanha classificatória, pelo desempenho no rádio e televisão.

A Constituinte sem querer, pelos desvios dos muitos casuísmos que decidiram controvérsias, terminou por armar um alcapão. A intenção clara foi a de barrar surpresas populistas, à esquerda. Mas o feitiço está solto e os feiticeiros têm seus bons motivos para botar as barbas de molho.

Sucessão ideologizada, decidida no segundo turno, aponta para o imprevisível. Não há favoritos. Nem serventia para os palpites.



Na quinta-feira, Ulysses se absteve e acabou alvo do protesto contra os 5 anos